



11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vilarinho, 31 de Dezembro de 2019

O Contabilista Certificado



A Direção

11.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Outros rendimentos	10,68	4.131,17
Rendimentos suplementares	0,00	3.970,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	10,01	0,32
Outros	0,67	160,85
Juros e rendimentos similares	52,48	55,14
Juros obtidos	52,48	55,14
Total	63,16	4.186,31

11.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	140,51	343,19
Outros Gastos	96,00	112,26
Total	236,51	455,45

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Outros juros	0,04	0,00
Total	0,04	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	52,48	55,14
Total	52,48	55,14
Resultados Financeiros	52,44	55,14

11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2019, foi o seguinte:

Centro de Dia – 19 utentes;

Serviço Apoio Domiciliário – 23 utentes.

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	941,72	1.133,70
Total	941,72	1.133,70
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	256,00	375,00
Segurança Social	2.740,74	2.546,93
Fundo Compensação Trabalho	25,70	19,84
Total	3.022,44	2.941,77

11.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	19.439,67	0,00	17.397,99
Total	0,00	19.439,67	0,00	17.397,99

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios das Entidades Públicas	63.427,44	58.178,17
Doações e heranças – Donativos	25.165,63	20.937,96
Total	88.593,07	79.116,13

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	0,00	74,00
Serviços especializados	8.759,62	8.594,43
Materiais	849,01	740,52
Energia e fluidos	13.300,02	12.970,39
Serviços diversos	9.723,20	9.986,62
Encargos com utentes	189,15	294,64
Total	32.821,00	32.660,60

11.3 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores	30,00	45,00
Entidades do Setor Público Administrativo - IEFP	3.978,05	3.978,05
Total	4.008,05	4.023,05

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.105,70	1.095,88
Outras despesas com custo diferido	3.909,77	3.745,88
Total	5.015,47	4.841,76

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	88,36	306,10
Depósitos à ordem	16.023,83	18.638,76
Depósitos a prazo	122.091,24	122.196,60
Total	138.203,43	141.141,46

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2.750,00	0,00	0,00	2.750,00
Resultados transitados	68.413,91	0,00	6.497,01	61.916,90
Outras variações nos fundos patrimoniais	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
Total	146.163,91	0,00	6.497,01	139.666,90

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	3.636,62	950,18
Total	3.636,62	950,18



Victor Queiroz
MCF

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	100.453,06	96.491,82
Indemnizações	0,00	189,47
Encargos sobre as Remunerações	22.422,92	21.534,93
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.884,58	1.446,37
Outros Gastos com o Pessoal	718,94	908,97
Total	125.479,50	120.571,56

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Tributativo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
Cooperativa Elétrica de Vilarinho	50,00	50,00
FCT – Fundo Compensação Trabalho	804,11	570,93
Total	854,11	620,93

11.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	5.736,70	5.705,50
Total	5.736,70	5.705,50

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2019			31-12-2018		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	63.142,44	0,00	0,00	58.178,17
C M Santo Tirso	Não reembolsável	0,00	0,00	85,00	0,00	0,00	0,00
J F Vilarinho	Não reembolsável	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	63.427,44	0,00	0,00	58.178,17

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram de "8". Durante o período de 2019 mantiveram-se os Órgãos nomeados para o quadriénio 2016-2019, que têm a seguinte composição:

Direção

Presidente – Pe. Felisberto Domingos Alves Capela;
 Vice-Presidente – Victor Diogo da Cunha Ribeiro;
 Secretário – Soraia Luciana da Costa Malheiro;
 Tesoureiro – Idalino Martinho da Costa Ferreira;

Vogal – Manuel Fernando Carneiro da Cunha.

Conselho Fiscal

Presidente – Amaro Machado Pontes;

Vogal – Henrique Fernando Teixeira dos Santos;

Vogal – Pedro Jorge Teles de Sousa.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2019 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Motorista	250

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 e em 31/12/2019 foram "11".

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e 2018, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Programas de computador	1.271,14				1.271,14
Ativo Intangível Bruto	1.271,14	0,00	0,00	0,00	1.271,14
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	914,95	213,71			1.128,66
Depreciações Acumuladas	914,95	213,71	0,00	0,00	1.128,66
Ativo Intangível Líquido	356,19	-213,71	0,00	0,00	142,48

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes

valores:

Descrição	2018				2019			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	317,56	15.824,59	12.745,79	458,39	16.878,89	9.858,05	973,54	973,54
Total	317,56	15.824,59	12.745,79	458,39	16.878,89	9.858,05	973,54	973,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				28.429,55				26.221,79

7 Rébito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2019	2018
Prestação de Serviços	92.329,20	93.703,50
Quotas de utilizadores	92.329,20	93.703,50
Outros Rébitos	52,48	55,14
Juros e rendimentos aplicações financeiras	52,48	55,14
Total	92.381,68	93.758,64

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e as alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Equipamento Básico	39.872,44	3.227,15			43.099,59
Equipamento de Transporte	100.197,24				100.197,24
Equipamento Administrativo	834,10				834,10
Equipamento Informático	2.553,81				2.553,81
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.091,36				1.091,36
Ativo Tangível Bruto	144.548,95	3.227,15	0,00	0,00	147.776,10
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	38.524,20	1.333,40			39.857,60
Equipamento de Transporte	100.197,24				100.197,24
Equipamento Administrativo	834,10				834,10
Equipamento Informático	1.953,77	153,20			2.106,97
Outros Ativos Fixos Tangíveis	363,78	181,89			545,67
Depreciações Acumuladas	141.873,09	1.668,49			143.541,58
Ativo Tangível Líquido	2.675,86	1.558,66	0,00	0,00	4.234,52

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim tratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Handwritten signature and stamp in blue ink, including the name "Doutor" and a stylized signature.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.



3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

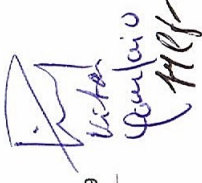
As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.



3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
 - b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
 - c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
 - d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.
- Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.



3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

1 Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO” é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social”, registada na Direção-Geral da Ação Social no livro nº 6 das Fundações de Solidariedade Social com o nº 25/2002, fls.77 verso e 78 em 12/04/2002, com a sua sede na Rua do Mosteiro, nº 256, Vilarinho – Santo Tirso.

Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social e cristã;
- Aperfeiçoamento cultural, espiritual e moral de todos os paroquianos;
- Espírito de convivência e de solidariedade social como fator decisivo do trabalho comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agrupamentos da comunidade paroquial;
- Proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus utentes e não permitir qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).



Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	12
6	Inventários	12
7	Rébito	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
9	Benefícios dos empregados	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
11	Outras Informações	14
11.1	Investimentos Financeiros	14
11.2	Créditos a receber	14
11.3	Outros ativos correntes	15
11.4	Diferimentos	15
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	15
11.6	Fundos Patrimoniais	15
11.7	Fornecedores	15
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	16
11.9	Outros passivos correntes	16
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.11	Fornecimentos e serviços externos	16
11.12	Outros rendimentos	17
11.13	Outros gastos	17
11.14	Resultados Financeiros	17
11.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
11.16	Acontecimentos após data de Balanço	18

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE
VILARINHO**

Anexo

Demonstrações Financeiras

2019

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	DATAS	
	2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	92 298,00	94 307,00
Pagamentos a fornecedores	-50 439,17	-55 545,94
Pagamentos ao pessoal	-86 067,99	-81 463,85
Outros recebimentos/pagamentos	-44 209,16	-42 702,79
Caixa gerada pelas operações	29 490,65	27 980,48
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-14 718,51	-14 722,31
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-3 560,00	-2 767,50
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	52,48	55,14
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-3 507,52	-2 712,36
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Doações	15 307,58	8 192,17
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-19,58	-24,68
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	15 288,00	8 167,49
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-2 938,03	-9 267,18
Caixa e seus equivalentes no início do período	141 141,46	150 408,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	138 203,43	141 141,46


A Direcção

Contabilista Certificado

Entidade: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda: Euros

Contribuinte: 506005429

João Carlos


PERÍODOS		RENDIMENTOS E GASTOS		
2018	2019	SAD	Centro Dia	NOTAS
93 703,50	92 329,20	50 171,00	42 158,20	7
-149 075,11	-151 701,29	-101 771,55	-49 929,74	6/9
Resultado Bruto				
83 302,44	88 656,23	59 156,92	29 499,31	8/11,10/11,12/11,14
-33 972,39	-34 703,20	-23 251,14	-11 452,06	4/5/11,11
-455,45	-236,51	-158,48	-78,03	11,13
-6 497,01	-5 655,57	-15 853,25	10 197,68	11,14
0,00	-0,04	-0,03	-0,01	
Resultado antes de impostos				
-6 497,01	-5 655,61	-15 853,28	10 197,67	
Resultado líquido do período				
-6 497,01	-5 655,61	-15 853,28	10 197,67	

João Carlos


CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

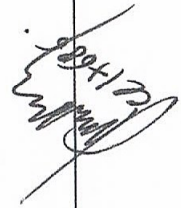
Contribuinte : 506005429

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 019	2 018
Vendas e serviços prestados	7	92 329,20	93 703,50
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.10	88 593,07	79 116,13
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-26 221,79	-28 429,55
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-32 821,00	-32 660,60
Gastos com o pessoal	9	-125 479,50	-120 571,56
Outros rendimentos	11.12/14	63,16	4 186,31
Outros gastos	11.13	-236,51	-455,45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3 773,37	-5 111,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-1 882,20	-1 385,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-5 655,57	-6 497,01
Juros e gastos similares suportados	11.14	-0,04	0,00
Resultados antes de impostos		-5 655,61	-6 497,01
Resultado líquido do período		-5 655,61	-6 497,01

A Direção

Contabilista Certificado



**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Contribuinte : 506005429

Moeda : (Valores em Euros)

Franças
Wick
ALC

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	4 234,52	2 675,86
Ativos intangíveis	5	142,48	356,19
Investimentos financeiros	11.1	854,11	620,93
		5 231,11	3 652,98
Activo corrente			
Inventários	6	973,54	458,39
Créditos a receber	11.2	5 736,70	5 705,50
Estado e outros entes públicos	11.8	941,72	1 133,70
Diferimentos	11.4	5 015,47	4 841,76
Outros ativos correntes	11.3	4 008,05	4 023,05
Caixa e depósitos bancários	11.5	138 203,43	141 141,46
		154 878,91	157 303,86
		160 110,02	160 956,84
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	2 750,00	2 750,00
Resultados transitados	11.6	61 916,90	68 413,91
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	75 000,00	75 000,00
		139 666,90	146 163,91
Resultado líquido do período		-5 655,61	-6 497,01
Total dos fundos patrimoniais		134 011,29	139 666,90
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	3 636,62	950,18
Estado e outros entes públicos	11.8	3 022,44	2 941,77
Outros passivos correntes	11.9	19 439,67	17 397,99
		26 098,73	21 289,94
Total do passivo		26 098,73	21 289,94
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		160 110,02	160 956,84

A Direção

Contabilista Certificado

ALC
ALC

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2019

DENOMINAÇÃO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO

MORADA Rua do Mosteiro

N. 256 ANDAR LOCALIDADE Vilarinho
FREGUESIA Vilarinho
CONCELHO Santo Tirso COD. POSTAL 4795-813

EM ____/____/____

(Assinatura do Presidente Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Vilarinho

Vilarinho

ASSINATURAS

Felicitate Sousa dos Anjos Capelo ASSINATURA DO PRESIDENTE

Vitor Diogo da Cunha Pereira

Isabelina Monteiro Costa Ferno

Cátia Raposo Gonçalves Saizinho